

Edward Gibbon

Os cristãos
e a queda de Roma

Tradução de
JOSÉ PAULO PAES
DONALDSON M. GARSCHAGEN

Notas suplementares de
JOSÉ PAULO PAES



Copyright da tradução e notas suplementares © 2008 e 2012
by espólio de José Paulo Paes

Penguin and the associated logo and trade dress are registered
and/or unregistered trademarks of Penguin Books Limited and/or
Penguin Group (USA) Inc. Used with permission.

Published by Companhia das Letras in association with
Penguin Group (USA) Inc.

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua
Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

TÍTULO ORIGINAL

The Christians and the fall of Rome

“The progress of the Christian religion, and the sentiments, manners,
numbers, and condition, of the primitive Christians”
[Capítulos 15 e 16 do original *Decline and fall of the Roman Empire*.]

PROJETO GRÁFICO PENGUIN-COMPANHIA

Raul Loureiro, Claudia Warrak

PREPARAÇÃO

Fernanda Windholz

REVISÃO

Jane Pessoa

Renata Del Nero

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gibbon, Edward, 1737-1794.

Os cristãos e a queda de Roma / Edward Gibbon ; tradução de José Paulo Paes e Donaldson M. Garschagen ; notas suplementares de José Paulo Paes — 1ª ed. — São Paulo : Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

Título original : The Christians and the fall of Rome.
ISBN 978-85-63560-48-3

1. História da Igreja – Igreja primitiva, ca. 30-600 2.
Roma – História – Império, 284-476. Obras anteriores à 1800
1. Paes, José Paulo II. Título.

12-06135

CDD-270.1

Índice para catálogo sistemático:
1. Cristãos e a queda de Roma : História 270.1

[2012]

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORARIA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500 Fax: (11) 3707-3501

www.penguincompanhia.com.br

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

O avanço da religião cristã e os sentimentos, costumes, número e condição dos cristãos primitivos

Um exame franco mas judicioso do avanço e estabelecimento do cristianismo pode ser considerado parte deveras essencial da história do Império Romano. Enquanto esse grande organismo era invadido pela violência sem freios ou minado pela lenta decadência, uma religião pura e humilde foi brandamente se insinuando na mente dos homens, crescendo no silêncio e na obscuridade; da oposição, tirou ela novo vigor para finalmente erguer a bandeira triunfante da Cruz por sobre as ruínas do Capitólio. Mas a influência do cristianismo não se confinou ao período ou aos limites do Império Romano. Após terem se passado treze ou catorze séculos, essa religião é ainda professada pelas nações da Europa, a mais destacada parte da humanidade no que respeita às artes e ao saber, tanto quanto às armas. Pela diligência e o zelo dos europeus ela se difundiu amplamente até os mais distantes rincões da Ásia e da África, e através de colônias europeias se estabeleceu firmemente do Canadá ao Chile, num mundo desconhecido dos antigos.

Tal exame, todavia, por mais útil ou recreativo que seja, depara com duas dificuldades peculiares. Os minguidos e suspeitos elementos de informação propiciados pela história eclesiástica raramente nos possibilitam desfazer a nuvem escura que pesa sobre os primórdios da Igreja. A grande lei da imparcialidade nos obriga com frequência, outrossim, a revelar as imperfeições dos insípidos mestres

e crentes do Evangelho; e, para um observador descuidoso, os defeitos *deles* parecem lançar uma sombra sobre a fé que professavam. Mas o escândalo do cristão piedoso e o falaz triunfo do infiel devem ter fim tão logo se dispõnham a lembrar não apenas *por quem*, mas igualmente *a quem*, foi dada a Revelação Divina. O teólogo pode bem se comprazer na deleitosa tarefa de descrever a religião descendendo do céu revestida de sua pureza natural. Ao historiador compete um encargo mais melancólico. Cumpre-lhe descobrir a inevitável mistura de erro e corrupção por ela contraída numa longa residência sobre a Terra, em meio a uma raça de seres débeis e degenerados.

Nossa curiosidade é naturalmente impelida a perguntar por que meios obteve a fé cristã vitória tão notável sobre as religiões estabelecidas do mundo. A tal indagação se pode dar uma resposta óbvia mas satisfatória, de que foi graças à convincente evidência da própria doutrina e à divina providência de seu grande Autor. Entretanto, como a verdade e a razão raras vezes têm recepção favorável no mundo, e como a sabedoria da Providência condescende frequentemente em fazer das paixões do coração humano e das circunstâncias gerais da humanidade os instrumentos com que executa o seu propósito, seja-nos ainda permitido perguntar (embora com a devida humildade), não em verdade quais as primeiras, e sim as segundas causas do rápido desenvolvimento da Igreja cristã. Ao que parece, foi ele favorecido e assistido, de modo efetivo, pelas cinco causas seguintes: I. O inflexível zelo e, se nos é permitido usar tal expressão, a intolerância dos cristãos — derivada, em verdade, da religião judaica, mas purificada pelo espírito acanhado e antissocial que, em vez de atrair, dissuadiu os gentios de abraçar a lei de Moisés. II. A doutrina de uma vida futura, valorizada por toda e qualquer circunstância ocasional que pudesse dar peso e eficácia a essa importante verdade. III. Os poderes miraculosos atribuídos à Igreja primitiva. IV. A pura e austera mora-

lidade dos cristãos. v. A união e a disciplina da república cristã, que formou aos poucos um Estado independente que se desenvolveu no coração do Império Romano.

I. O ZELO DOS CRISTÃOS. Já tivemos ocasião de descrever a harmonia religiosa do mundo antigo e a facilidade com que as nações mais diversas, e mesmo hostis, abraçavam, ou pelo menos respeitavam, as superstições umas das outras. Um só povo se recusou a partilhar desse intercâmbio comum da humanidade. Os judeus, que durante as monarquias assíria e persa haviam definhado por longo tempo na condição de seus mais desprezíveis escravos, emergiram da obscuridade sob os sucessores de Alexandre; e como se multiplicaram em grau surpreendente primeiro no Oriente, depois no Ocidente, logo suscitaram a curiosidade e o espanto de outras nações. A casmurra obstinação com que mantinham seus ritos peculiares e suas maneiras antisociais parecia assinalá-los como uma espécie diferente de homens, que audazmente professavam ou que mal escondiam sua implacável aversão ao resto da raça humana. Nem a violência de Antíoco, nem as artimanhas de Herodes, nem o exemplo das nações circunvizinhas puderam jamais persuadir os judeus a combinar as instituições de Moisés com a elegante mitologia dos gregos.¹

Em conformidade com as máximas da tolerância universal, os romanos protegeram uma superstição que des-

¹ Integrantes de uma seita judaica, que se permitiam uma espécie de conformidade ocasional, adotaram o nome de herodianos, derivado de Herodes, cujo exemplo e autoridade os seduzira. No entanto, o número de seus membros era tão exíguo, e tão breve foi sua duração que Josefo não os considerou dignos de menção. [As notas numeradas são do autor, as indicadas com asterisco, do tradutor José Paulo Paes.]

prezavam. O civilizado Augusto condescendeu em dar ordens de que sacrifícios em prol de sua prosperidade fossem feitos no templo de Jerusalém, ao passo que o mais insignificante dos pósteros de Abraão que houvesse prestado a mesma homenagem ao Júpiter do Capitólio teria sido objeto de abominação por parte de si mesmo e de seus irmãos. Mas a moderação dos conquistadores não foi o bastante para acalmar os zelosos preconceitos de seus súditos, os quais se alarmavam e escandalizavam com as insígnias de paganismo que necessariamente se introduziam numa província romana. A desatinada tentativa de Calígula de colocar sua própria estátua no templo de Jerusalém foi impossibilitada pela resolução unânime de um povo que temia menos a morte do que tal profanação idólatra.² Seu apego à lei de Moisés igualava seu ódio pelas religiões estrangeiras. A corrente do zelo e da devoção religiosa, por correr num canal estreito, despenhou-se com a força e às vezes com a fúria de uma torrente.

Essa inflexível perseverança, que parecia tão odiosa ou tão ridícula ao mundo antigo, assume caráter ainda mais terrível pelo fato de a Providência ter se dignado a revelar-nos a misteriosa história do povo eleito. Mas o apego devoto e mesmo escrupuloso à religião mosaica, tão patente entre os judeus que viveram na época do segundo templo, torna-se ainda mais surpreendente se a compararmos à teimosa incredulidade de seus avoengos. Embora a lei lhes tivesse sido dada entre trovões no monte Sinai, e as marés do oceano e o curso dos planetas se suspendessem para a conveniência dos

² Filo e Josefo fizeram desse incidente um relato minuciosíssimo, porém muito retórico, que causou enorme admiração ao governador da Síria. À primeira menção dessa proposta idólatra, o rei Agripa desfaleceu e só recobrou os sentidos dois dias depois.

israelitas, e castigos e recompensas temporais fossem as consequências imediatas de sua piedade ou desobediência, eles voltavam sempre a rebelar-se contra a majestade visível de seu Rei Divino, a colocar os ídolos das nações no santuário de Jeová e a imitar todas as cerimônias fantásticas que eram praticadas nas tendas dos árabes ou nas cidades da Fenícia. Por ter sido a proteção do céu merecidamente retirada dessa raça ingrata, sua fé adquiriu um grau proporcional de vigor e pureza. Os contemporâneos de Moisés e Josué haviam assistido com descuidosa indiferença aos milagres mais surpreendentes. Sob a pressão de tantas calamidades, a crença nesses milagres preservou os judeus de um período ulterior do contágio universal da idolatria; e em contradição com todos os princípios conhecidos do espírito humano, esse povo singular parece ter dado mais pronta e mais vigorosa aquiescência às tradições de seus remotos antepassados do que à evidência de seus próprios sentidos.³

A religião judaica se adequava admiravelmente à defesa, mas nunca à conquista; e é provável que o número de seus prosélitos nunca tivesse sido muito superior ao dos seus apóstatas. As promessas divinas foram feitas originariamente a uma única família, à qual foi imposto o rito distintivo da circuncisão. Quando a posteridade de Abraão se multiplicou como as areias do mar, a Deidade, de cuja boca ela recebera um sistema de leis e cerimônias, declarou-se o Deus privativo e por assim dizer nacional de Israel, e com o mais zeloso dos cuidados separou seu povo favorito do restante da humanidade. A conquista da terra de Canaã se fez acompanhar de tantos acontecimentos prodigiosos e de tantas circunstâncias

³ “Até quando me provocará esse povo? E até quando recusará crer em mim por todos os sinais que fiz no meio deles?” (Números 14:11). Seria fácil, mas impróprio, justificar a queixa da Divindade com base em todo o teor da história mosaica.

cias sangrentas que os judeus vitoriosos foram deixados num estado de irreconciliável hostilidade para com todos os seus vizinhos. Haviam recebido ordens de exterminar algumas das tribos mais idólatras, e a execução da vontade divina raras vezes terá sido retardada pela fraqueza humanitária. Era-lhes proibido contrair casamento ou alianças com outras nações; e a proibição de recebê-las na congregação, em certos casos perpétua, quase sempre se estendia à terceira, à sétima ou até à décima geração. A obrigação de pregar a fé de Moisés jamais fora inculcada como preceito da lei e tampouco inclinavam-se os judeus a impô-la como dever voluntário a si mesmos. No tocante à admissão de novos cidadãos, esse povo antissocial seguia antes a vaidade egocêntrica dos gregos que a política generosa de Roma. Os descendentes de Abraão lisonjeavam-se com a ideia de que somente eles eram herdeiros da aliança e temiam apequenar o valor de sua herança dividindo-a com excessiva prodigalidade com forasteiros. Maiores relações com a humanidade ampliavam-lhes o saber sem corrigir seus preconceitos; e sempre que o Deus de Israel adquiria novos devotos, tornava-se muito mais devedor do humor inconstante do politeísmo que do zelo ativo de seus próprios missionários. A religião de Moisés parece ter sido instituída para um território determinado, assim como para uma única nação; e se uma obediência absoluta tivesse sido prestada à ordem de que todo varão, três vezes ao ano, se apresentasse ante o Senhor Jeová, teria sido impossível aos judeus propagarem-se além dos limites restritos da terra prometida. Na verdade, tal entrave foi removido pela destruição do templo de Jerusalém, mas a maior parte da religião judaica foi atingida por essa destruição; e os pagãos, que de longa data se assombravam com os relatos sobre um santuário vazio, não logravam imaginar qual seria a finalidade, ou quais seriam os instrumentos, de um culto a que faltavam templos e altares,

sacerdotes e sacrifícios. No entanto, mesmo em seu estado decaído, os judeus, afirmando ainda seus privilégios elevados e exclusivos, evitavam a companhia de ávenas, ao invés de procurá-la. Insistiam ainda, com rigor inflexível, naquelas partes da lei que estavam em seu poder praticar. Suas peculiares regras relativas a dias, alimentos e variegadas observâncias, triviais mas trabalhosas, constituíam motivos de fastio e aversão para as demais nações, a cujos hábitos e predisposições elas se opunham diametralmente. Por si só, o doloroso e até perigoso rito da circuncisão era capaz de fazer um prosélito voltar da porta da sinagoga.

Nessas circunstâncias, o cristianismo se oferecia ao mundo armado da força da lei mosaica e liberto do peso de suas cadeias. Uma dedicação exclusiva à verdade da religião e à unidade de Deus era cuidadosamente inculcada tanto no novo quanto no antigo sistema; e o que quer que fosse agora revelado à humanidade no tocante à natureza e aos desígnios do Ser Supremo era de molde a aumentar-lhe a reverência por essa misteriosa doutrina. Admitia-se a divina autoridade de Moisés e dos profetas, inclusive como a mais firme base da cristandade. Desde o princípio do mundo, uma série ininterrupta de predições anunciara e preparara a tão esperada vinda do Messias, o qual, em conformidade com a grosseira compreensão dos judeus, fora mais frequentemente representado na figura de um rei e conquistador que na de um profeta, mártir e filho de Deus. Por via de seu sacrifício expiatório, os imperfeitos sacrifícios do templo foram a um só tempo consumados e abolidos. À lei ceremonial, que consistia apenas em símbolos e figuras, sucedeu um culto espiritual e puro igualmente adaptado a todos os climas e a todas as condições humanas; a iniciação pelo sangue foi substituída pela inofensiva iniciação pela água. A promessa do favor divino, em vez de confinar-se facciosamente à posteridade de Abraão,

estendeu-se universalmente ao liberto e ao escravo, ao grego e ao bárbaro, ao judeu e ao gentio. Todo privilégio que pudesse alçar o prosélito da terra ao céu, que lhe pudesse exaltar a devoção, assegurar-lhe a felicidade ou mesmo satisfazer-lhe aquele secreto orgulho que, a pretexto de devoção, se insinua no coração humano, ficava ainda reservado aos membros da Igreja cristã; ao mesmo tempo, porém, permitia-se, ou até mesmo se pedia, a toda a humanidade que aceitasse a gloriosa distinção, oferecida não como mercê mas como uma obrigação. Tornou-se o mais sagrado dever do recém-convertido difundir entre seus amigos e parentes a bênção inestimável que havia recebido e adverti-los de que uma recusa seria severamente punida como criminosa desobediência à vontade de uma Deidade benevolente mas todo-poderosa.

A libertação da Igreja das cadeias da sinagoga se constituía, porém, numa tarefa algo demorada e algo difícil. Os judeus convertidos, que reconheciam Jesus como o Messias profetizado por seus antigos oráculos, respeitavam-no como um mestre profético de virtude e de religião, mas apegavam-se obstinadamente às cerimônias de seus antepassados e se mostravam desejosos de impô-las aos gentios que vinham continuamente aumentar o número de crentes. Esses cristãos judaizantes parecem ter alegado com certo grau de plausibilidade a origem divina da lei mosaica e as imutáveis perfeições de seu grande Autor. Afirmavam *que* se um Ser que é o mesmo através de toda a eternidade pretendesse abolir esses ritos sagrados que têm servido para distinguir seu povo eleito, a rejeição deles não teria sido menos clara e solene do que sua promulgação primeira; *que*, em vez dessas frequentes declarações que ou supõem ou afirmam a perpetuidade da religião mosaica, ela teria sido representada como um esquema provisório destinado a durar só até o advento do Messias, o qual instruiria a humanidade acerca de um sistema mais perfeito de fé e

de culto; *que* o próprio Messias, e seus discípulos, que com ele haviam convivido na Terra, em vez de autorizarem por seu exemplo os mais minuciosos ritos da lei mosaica, teriam proclamado ao mundo a abolição dessas cerimônias supérfluas e obsoletas, para não permitir que a cristandade permanecesse durante tantos anos obscuramente confundida com as seitas da Igreja judaica. Argumentos como esses parecem ter sido usados na defesa da causa agonizante da lei mosaica; todavia, a diligência de nossos doutos teólogos explicou abundantemente a linguagem ambígua do Velho Testamento e a ambígua conduta dos mestres apostólicos. Era de toda conveniência revelar aos poucos o sistema do Evangelho e pronunciar com a maior cautela e brandura uma sentença condenatória tão repugnante à inclinação e aos preconceitos do crente judeu.

A história da Igreja de Jerusalém proporciona uma prova vívida da necessidade dessas precauções e da impressão profunda que a religião judaica deixara na mente de seus seguidores. Os quinze primeiros bispos de Jerusalém eram, todos eles, judeus circuncidados; e a congregação que presidiam fundia a lei de Moisés com a doutrina de Cristo. Era natural que a tradição primitiva de uma igreja fundada apenas quarenta dias após a morte de Cristo, e que foi governada durante quase outros tantos anos sob a inspeção direta de seus apóstolos, fosse recebida como o padrão da ortodoxia. Muito amiúde, as igrejas distantes apelavam para a autoridade de sua venerável igreja-mãe e aliviavam-lhe as dificuldades com uma generosa contribuição em donativos. No entanto, quando sociedades numerosas e opulentas se formaram nas grandes cidades do império, em Antioquia, Alexandria, Éfeso, Corinto e Roma, a reverência que todas as colônias cristãs antes sentiam por Jerusalém aos poucos diminuiu. Os conversos judeus, ou, como seriam depois chamados, os nazarenos, que haviam lançado os alicer-